



Artigo

PEDAGOGIAS LIBERTÁRIAS NO ENCARCERAMENTO: É POSSÍVEL EDUCAR PARA A LIBERDADE EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE?¹

***LIBERTARIAN PEDAGOGIES IN INCARCERATION:
IS IT POSSIBLE TO EDUCATE FOR FREEDOM IN
SPACES OF DEPRIVATION OF LIBERTY?***

***PEDAGOGÍAS LIBERTARIAS EN EL ENCARCELAMIENTO:
¿ES POSIBLE EDUCAR HACIA LA LIBERTAD EN
ESPACIOS DE PRIVACIÓN DE LIBERTAD?***

Tiago Negrão de Andrade
Maria Cristina Gobbi

Tiago Negrão de Andrade

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso).

E-mail: tiago.negrao@unesp.br

Maria Cristina Gobbi

Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio.

E-mail: cristina.gobbi@unesp.br

1. Ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/UNESP e ao professor Dr. José Osvando Moraes (*in memoriam*). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

Resumo

Este artigo investiga os limites e as possibilidades de implementação de pedagogias libertárias em contextos de privação de liberdade. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, analisa-se como práticas educativas e culturais desenvolvidas no interior do sistema prisional brasileiro operam simultaneamente como estratégias de resistência e dispositivos de controle. Os resultados indicam que, embora existam experiências que tensionam a lógica punitiva, a efetivação de uma educação emancipadora permanece condicionada à articulação com perspectivas abolicionistas e à superação das estruturas que sustentam a racionalidade punitiva.

Palavras-chave: abolicionismo penal, controle social, justiça social, práticas culturais, resistência simbólica.

Abstract

This study analyzes the limits and possibilities of implementing libertarian pedagogical practices in liberty deprivation contexts. Based on a systematic literature review, it investigates how educational and cultural practices within the Brazilian prison system function as strategies of resistance and mechanisms of control. The findings show that emancipatory education in prisons follows its articulation with abolitionist perspectives and the dismantling of the structures that sustain the punitive rationale.

Keywords: abolitionism, cultural practices, social control, social justice, symbolic resistance.

Resumen

Este artículo analiza los límites y las posibilidades de implementar prácticas pedagógicas libertarias en contextos de privación de libertad. A partir de una revisión sistemática de la literatura, se investiga cómo las prácticas educativas y culturales desarrolladas en el sistema penitenciario brasileño funcionan simultáneamente como estrategias de resistencia y como mecanismos de control. Los resultados demuestran que la efectividad de una educación emancipadora en la prisión está condicionada a su articulación con perspectivas abolicionistas y a la superación de las estructuras que sustentan la lógica punitiva.

Palabras clave: abolicionismo penal, control social, justicia social, prácticas culturales, resistencia simbólica.

Introdução

A expansão do encarceramento e a persistência de violações de direitos no Brasil recolocam as pedagogias libertárias no cárcere como pauta urgente. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam superlotação e precariedade, situando o país entre as maiores populações prisionais do mundo. Segundo o *Levantamento dos Presos Provisórios do País* (CNJ, 2017), o Brasil contabilizava 654.372 pessoas privadas de liberdade, das quais 221.054 eram presos provisórios, evidenciando um sistema estruturalmente colapsado. Esse cenário expressa o complexo industrial-prisional (Gilmore, 2007), em que interesses econômicos e políticos sustentam racionalidades punitivas e desigualdades. Surge, assim, o dilema central: como educar para a liberdade em espaços que a negam?

O debate sobre educação em privação de liberdade avança nas intersecções entre pedagogia freireana, estudos críticos do encarceramento e perspectivas abolicionistas. Davis (2003) e Wacquant (2009) mostram que o encarceramento em massa reproduz desigualdades e racializa a punição. Para Davis, abolir prisões implica dismantelar as estruturas que sustentam a lógica punitiva e criar alternativas baseadas em justiça restaurativa e educação emancipadora.

A pedagogia libertária, em chave freireana, propõe a emancipação pelo diálogo; já a prisão, na leitura foucaultiana, é tecnologia de vigilância e controle. Esse conflito estrutura o problema deste estudo: compreender como práticas pedagógicas libertárias emergem, resistem ou são cooptadas no interior do sistema prisional brasileiro.

Adota-se uma abordagem que articula pedagogia crítica, estudos do encarceramento e epistemologias abolicionistas, deslocando o foco da adaptação à criação de fissuras e resistências (Freitas, 2024; Mbembe, 2018). Cunha (2014) e Batista (2011) observam que a educação prisional é frequentemente instrumentalizada, e Martins (2020) alerta que, sem crítica, até projetos culturais podem reforçar a racionalidade punitiva.

Em contraponto, Gaulês *et al.* (2024), Dal Bosco e Batista-Santos (2023) e Rocha (2020) demonstram que práticas artísticas e coletivas podem gerar subjetivações resistentes e deslocamentos simbólicos significativos. Contudo,

como lembra Tible (2022), libertar requer ruptura epistemológica e política, conectando educação e luta abolicionista.

Assim, este artigo analisa as condições materiais e subjetivas da educação crítica no cárcere e o papel das práticas pedagógicas e artísticas na construção de alternativas à racionalidade punitiva. Inspirado em Harney e Moten (2013), propõe articular educação, arte e cuidado como vetores de mundos pós-punitivos.

Metodologia

Realizou-se revisão sistemática, em conformidade com as diretrizes PRISMA, abrangendo publicações entre 2010 e 2025 nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar. Os termos de busca incluíram “pedagogia libertária”, “educação no cárcere”, “*prison education*”, “*critical pedagogy*” e “*prison abolition*”. As estratégias de busca combinaram descritores em português e inglês relacionados à educação no cárcere, pedagogia crítica e abolicionismo penal. Após triagem em duplicata de títulos, resumos e textos completos, foram incluídos estudos com revisão por pares que explicitassem método e dialogassem com práticas educativas críticas em contextos de privação de liberdade; relatos anedóticos e trabalhos sem método identificado foram excluídos. A extração padronizada registrou contexto institucional, desenho, público, ações pedagógicas, resultados e limitações. A síntese articulou análise temática dos eixos recorrentes – estrutura prisional, práticas pedagógico-artísticas, vozes dos sujeitos e perspectivas abolicionistas – com descrição sumária de frequências por tipo de intervenção e ambiente.

Resultados

A análise examina como práticas pedagógicas críticas desafiam os limites do sistema prisional e produzem resistências simbólicas e subjetivas, compreendendo a educação libertária como horizonte ético-político em contextos de controle e privação.

O contexto prisional e as limitações estruturais à pedagogia libertária

As principais barreiras à implementação de pedagogias libertárias no cárcere combinam superlotação, infraestrutura precária e protocolos rígidos que restringem tempo, espaço e autonomia pedagógica. Persistem violações de direitos e baixa prioridade orçamentária para ações formativas (Bernardo; Borges; Araújo, 2021), agravadas pela ausência de formação específica de docentes, o que favorece modelos tecnicistas voltados à ressocialização e à remição (Silva; Freire, 2024).

Projetos escolares e culturais operam sob constante supervisão administrativa e dependem de acomodações táticas para garantir continuidade. Tal condicionante não anula seu potencial transformador; revela, antes, a oscilação entre contenção e emancipação, em que mediações pedagógicas sensíveis e pactos institucionais abrem brechas para experiências de autonomia (Pereira, 2023).

Mesmo nesse contexto adverso, emergem iniciativas que tensionam os limites da lógica punitiva. Gaulês *et al.* (2024) mostram como práticas artísticas e performativas nas prisões funcionam como dispositivos de resistência, articulando epistemologias libertárias e perspectivas abolicionistas. Rocha (2020) reforça esse diagnóstico ao analisar um experimento teatral na Penitenciária Lemos Brito (RJ), no qual detentos assumem o protagonismo das cenas, subvertendo temporariamente a ordem disciplinar e instaurando territórios de expressão e diálogo.

Ainda assim, a precariedade estrutural e a fragilidade das políticas públicas persistem como entraves centrais. Pereira (2022), ao investigar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional baiano, observa descontinuidade, carência de recursos e desarticulação com propostas críticas. Embora o direito à educação seja reconhecido, ele se esvazia diante das dinâmicas de controle e contenção. Silva (2019) recupera experiências históricas, como a Escola Operária 1º de Maio, fundada por Pedro Baptista Matera, para demonstrar a importância da autogestão e da educação crítica como instrumentos de enfrentamento às opressões institucionais.

Em resumo, os desafios à pedagogia libertária no cárcere situam-se na intersecção entre precarização estrutural, lógica disciplinar e ausência de

políticas emancipatórias. Apesar disso, experiências baseadas em arte, coletividade e diálogo revelam caminhos de resistência e subversão. Segundo Freire (1987), ensinar é ato político de libertação, inconciliável com a opressão institucional. No cárcere, contudo, a prática pedagógica tende a ser neutralizada ou instrumentalizada. Batista (2011) denuncia a apropriação das práticas educativas pelo aparato penal, convertendo-as em gestão da disciplina; Silva e Freire (2024) confirmam que a educação prisional frequentemente assume contornos burocráticos e tecnicistas.

Cunha (2014) observa que agentes externos – educadores, artistas e coletivos – podem abrir fissuras no sistema, embora frágeis e tensionadas. Monforte *et al.* (2021) destacam como ações culturais (oficinas de arte) em unidades socioeducativas funcionam como horizontes de resistência simbólica e ressignificação de subjetividades. Dal Bosco e Batista-Santos (2023) mostram que leitura, diálogo e escuta configuram práticas efetivas de emancipação, especialmente entre mulheres encarceradas.

O impasse é estrutural: afirmar liberdade em um espaço de contenção. Ainda assim, práticas artísticas e epistemologias dissidentes instauram subversões simbólicas e deslocamentos de sentido (Gaulês *et al.*, 2024). Quando orientadas pela escuta, coautoria e coletividade, transcendem a escolarização formal e pressionam as condições estruturais que mantêm o cárcere refratário à emancipação (Jesus; Guedes, 2021).

Pedagogias libertárias: conceitos e desafios no cárcere

No cruzamento entre a pedagogia freireana e o diagnóstico foucaultiano, a prisão colide com os princípios de horizontalidade, diálogo e autonomia; ainda assim, experiências situadas revelam brechas condicionadas por limites materiais e normativos. Esses limites, estruturais e não apenas contingenciais (Cunha, 2014; Batista, 2011), empurram a educação prisional para formatos utilitaristas vinculados à disciplina e à remição (Silva; Freire, 2024), enquanto os efeitos psicossociais da violência institucional exigem continuidade e suporte (Amaral, 2024).

Os problemas estruturais – superlotação, infraestrutura precária e ausência de políticas consistentes – reforçam o caráter punitivo do sistema. Dados

recentes do CNJ (2023) mostram que 30,4% das unidades prisionais do país não dispõem de bibliotecas ou espaços de leitura, e 26,3% não realizam qualquer atividade educacional – o que sustenta a outra face da superlotação: o apagamento da educação como direito real. Cunha (2014) e Batista (2011) apontam que essa situação decorre de uma lógica de contenção e castigo. Silva e Freire (2024) observam que a educação, ao ser associada à remição, perde potencial emancipador.

Do ponto de vista teórico, há conflito evidente entre as pedagogias libertárias e o *ethos* prisional. Freire (1987) defende uma educação problematizadora e dialógica, em oposição à hierarquia e à vigilância descritas por Foucault (1975), para quem o cárcere fabrica sujeitos dóceis. Gaulês *et al.* (2024) mostram que práticas pedagógicas e artísticas podem enfrentar a biopolítica e produzir epistemologias dissidentes. Jesus e Guedes (2021) sustentam que a educação libertadora exige transcender a escolarização formal, integrando arte e cultura. De modo convergente, Dal Bosco e Batista-Santos (2023) evidenciam que práticas de leitura e produção coletiva criam frestas de emancipação quando baseadas no diálogo e na coautoria.

Essas experiências demonstram que, mesmo sob controle, a arte e a educação podem instaurar deslocamentos simbólicos e afetivos. Projetos como Pavilhão 9 e Teatro no Cárcere exemplificam o potencial expressivo e crítico dessas práticas. Guattari e Rolnik (2005) concebem a criação estética como resistência micropolítica, enquanto Mendes (2020) a interpreta como prática rizomática de invenção de mundos, capaz de romper com silenciamentos e exclusões. Ainda assim, Cunha (2014) alerta para usos instrumentais de arte e educação como “gestão da esperança”. Amaral (2024) identifica, entre egressas, ambivalências entre conquistas simbólicas e coaptações quando faltam autonomia e amparo institucional – riscos que podem ser reduzidos com coautoria efetiva, pactos de autonomia e avaliação compartilhada.

Nesse contexto, a educação corre o risco de ser capturada pela racionalidade neoliberal, avaliada por sua capacidade de pacificação e não por seu potencial crítico. Duarte (2020) defende que a escuta e o reconhecimento da autoria são dimensões centrais da pedagogia da liberdade, pois possibilitam o surgimento de sujeitos históricos capazes de ressignificar suas trajetórias.

O debate educacional deve, portanto, articular-se à crítica estrutural do sistema penal. As pedagogias libertárias não devem buscar “melhorar” a prisão, mas contribuir para sua superação. Davis (2003) propõe repensar a justiça como reparação e reconstrução comunitária; Tible (2022) reforça que a insurgência deve partir dos movimentos e coletividades na criação de novos modos de existência. Assim, a integração entre arte, educação, cuidado e solidariedade constitui um horizonte ético para construir alternativas não punitivas e transformar as relações sociais que sustentam o encarceramento.

Práticas artísticas em prisões: emancipação ou controle?

As práticas artísticas em contextos prisionais situam-se em uma tensão entre emancipação subjetiva e controle institucional. A literatura indica que a arte, ao ingressar em espaços de privação de liberdade, pode tanto promover ressignificações identitárias quanto ser apropriada como instrumento de pacificação e disciplinamento. Essa ambivalência exige análise crítica de suas formas de inserção, dos agentes envolvidos e dos efeitos sobre a experiência prisional. Oliveira e Caimi (2020) mostram que produções literárias em espaços heterotópicos, como hospitais psiquiátricos e prisões, instauram deslocamentos simbólicos e rompem lógicas de exclusão, dando voz a sujeitos silenciados.

A arte pode favorecer processos de subjetivação emancipatória ao permitir expressão de experiências e afetos que rompem discursos hegemônicos sobre o encarceramento. Guattari e Rolnik (2005) concebem uma estética da existência como campo micropolítico de criação de novas formas de vida, enquanto Rancière (2009) aponta que a partilha do sensível redistribui os lugares da fala e da escuta. Frizzo e Myczkowski (2024) demonstram como práticas de cartografia poética tensionam a normatividade e abrem espaço para experiências estéticas dissidentes, mesmo sob controle institucional. Assim, teatro, literatura e artes visuais podem instaurar zonas de autonomia relativa, nas quais os sujeitos reelaboram suas trajetórias.

Essa potência, porém, é frequentemente limitada pelo enquadramento institucional das práticas artísticas. Cunha (2014) destaca a instrumentalização

de projetos culturais como parte das “estratégias de gestão da esperança” do sistema prisional, que convertem a arte em dispositivo de controle subjetivo. Fenômeno semelhante é apontado por Tedeschi e Tedeschi (2019), ao analisarem como práticas de resistência feminina perdem força ao serem institucionalizadas. A oferta de oficinas vinculadas à remição de pena tende a valorizar o mérito e a disciplina mais que a vivência estética, reforçando a racionalidade neoliberal da responsabilização individual.

Sob a perspectiva freireana, a arte pode ser mediação pedagógica entre sujeito e contexto, favorecendo conscientização e leitura crítica da realidade (Freire, 1987). Santos, Lima e Zenaide (2023) evidenciam, em pesquisa com mulheres privadas de liberdade na Paraíba, que práticas educativas inspiradas em Freire criam espaços de escuta e construção narrativa, fortalecendo subjetivações emancipatórias. Contudo, precariedade estrutural, rotatividade e vigilância dificultam o diálogo e reduzem o alcance dessas experiências.

Estudos empíricos reforçam a ambiguidade dos efeitos: Duarte (2020) identifica transformações subjetivas em oficinas de arte no Nordeste, enquanto Narvaes (2020) aponta descontinuidade e precarização como entraves à eficácia transformadora. Em geral, os projetos geram ganhos relacionais e simbólicos — autoestima, vínculos e sentido —, mas efeitos variáveis sobre indicadores criminais. Figueira e Levy (2023) alertam para o risco de superestimar a arte, sem considerar os determinantes estruturais da exclusão.

Em síntese, as práticas artísticas em prisões configuram um campo de disputas simbólicas entre emancipação e controle. Sua potência transformadora depende não apenas da proposta estética ou pedagógica, mas das condições institucionais que moldam sua implementação.

Experiências e vozes dos sujeitos encarcerados

Os relatos de pessoas privadas de liberdade tensionam narrativas de ressocialização e expõem violências e controles invisibilizados (Alves, 2019). Estudos recentes articulam vigilância e necropolítica para explicar padrões racializados de desumanização no contexto prisional brasileiro, destacando a importância da escuta situada para compreender o fenômeno (Freitas, 2024). Essas vozes não apenas respondem ao discurso oficial, mas o confrontam,

revelando limites e silenciamentos das políticas penais. Brandão (2021) mostra como memórias de violência estatal, da ditadura às democracias, atravessam experiências de encarceramento, gerando subjetividades marcadas pela dor, resistência e invenção de modos de vida que escapam às lógicas institucionais.

O encarceramento impõe efeitos subjetivos profundos, redesenhando identidades e percepções de mundo. Mbembe (2018) observa que a prisão não apenas disciplina corpos, mas produz subjetividades atravessadas por trauma e reinvenção. Sobrinho e Calado (2024) evidenciam que a linguagem midiática atua como dispositivo de desumanização, naturalizando exclusões, mas também abrindo brechas para contranarrativas que afirmam dignidade e humanidade. Essas experiências, contudo, não são homogêneas. Relatos e produções artísticas revelam múltiplas formas de internalizar ou contestar o estigma penal. Lorensen e Braga (2019), ao analisarem a remição pela leitura em Santa Catarina, mostram como presos utilizam a prática não só para reduzir penas, mas para ressignificar trajetórias e reconstruir identidades, desafiando categorias jurídicas e sociológicas estáticas.

No plano epistemológico, a valorização e a escuta das vozes encarceradas constituem práticas centrais na produção de saberes contra-hegemônicos, deslocando o monopólio do perito para o saber situado (Santos, 2007; Spivak, 2010). Tal reconhecimento amplia a compreensão das condições reais do sistema penal e democratiza o conhecimento, resgatando subjetividades marginalizadas. Terra *et al.* (2023) reforçam essa perspectiva ao mostrarem que práticas de justiça restaurativa de base decolonial dependem da escuta ativa e do protagonismo dos sujeitos afetados, elementos fundamentais para romper paradigmas coloniais e punitivos. Ainda assim, Pinto (2021) e Suzuki (2022) alertam para o risco de fetichização da dor e defendem abordagens éticas e colaborativas, com coautoria e sensibilidade às complexidades da experiência prisional.

A mediação de narrativas por pesquisadores, artistas e jornalistas requer protocolos de consentimento contínuo, validação comunitária e critérios de cuidado (Conceição, 2024). Tais salvaguardas reduzem assimetrias, evitam instrumentalizações e reforçam a legitimidade epistêmica das vozes emergentes do cárcere. Projetos que incorporam essas diretrizes asseguram maior autenticidade e protagonismo dos sujeitos na produção e circulação do conhecimento.

Por fim, as experiências e vozes dos encarcerados são fundamentais para a crítica das políticas penais e para a formulação de epistemologias inclusivas e situadas. A escuta ética e atenta dessas narrativas contribui para descolonizar o saber sobre o cárcere, ampliando a compreensão do fenômeno prisional e abrindo caminhos para práticas que desafiam o sistema punitivo vigente.

Perspectivas abolicionistas e educação para além do cárcere

Diante da força do complexo industrial-prisional (Gilmore, 2007), emergem alternativas não punitivas – justiça restaurativa, educação popular e imaginação política – que buscam reconstruir vínculos, fortalecer o cuidado e deslocar a prisão de seu papel central na gestão dos conflitos (Davis, 2003; Harney & Moten, 2013; Tible, 2022). A transformação não reside em aprimorar o cárcere, mas em reduzir sua centralidade social.

A imaginação política é fundamental para romper com a racionalidade punitiva dominante. Harney e Moten (2013) enfatizam a potência da imaginação negra na criação de modos de vida alternativos ao encarceramento, enquanto Davis (2003) defende o exercício ativo de imaginar alternativas concretas como ato político transformador. Tible (2022) acrescenta que pensar com o movimento é criar práticas insurgentes capazes de produzir mundos que escapem às lógicas da punição.

Para que arte e educação não reproduzam a racionalidade disciplinar, é essencial explicitar finalidades emancipatórias, negociar margens de autonomia e acompanhar processos com instrumentos participativos que priorizem escuta, coautoria e vínculos, e não métricas individuais. Experiências como o *Prison Arts Collective* e iniciativas brasileiras de educação popular abolicionista articulam teoria e prática, promovendo protagonismo dos sujeitos criminalizados e fortalecendo redes de solidariedade, apesar de limitações de alcance e financiamento (Davis, 2003; Gilmore, 2007).

As perspectivas abolicionistas formulam uma crítica radical ao sistema prisional, propondo sua superação por meio de práticas de autonomia, reparação e justiça restaurativa. Davis (2003) define a abolição não como o fechamento físico das prisões, mas como a transformação das relações sociais que sustentam a

punição. Para hooks (1994), educar para a liberdade implica desconstruir estruturas opressivas e fomentar consciência crítica. Wacquant (2009) expõe o impacto do encarceramento em massa sobre populações marginalizadas e a urgência de repensar políticas que perpetuam exclusão e violência institucional.

Tible (2022) atualiza essa crítica ao defender epistemologias insurgentes oriundas dos próprios movimentos sociais, capazes de romper com a racionalidade punitiva e colonial. Irineu *et al.* (2024) descrevem as “políticas da vida” como formas coletivas de resistência e coprodução de saberes diante dos dispositivos de controle e morte do complexo penal. Ainda assim, arte e educação podem reproduzir a lógica disciplinar do cárcere se não forem criticamente orientadas. Foucault (1975) mostrou como instituições educacionais também normalizam a vigilância e a conformidade. Gilmore (2017) e Martins (2020) alertam que, sem crítica profunda, projetos culturais ou jurídicos podem reforçar o poder punitivo, inclusive em lutas progressistas.

Freire (1996) propõe uma pedagogia do diálogo e da participação ativa como via para desafiar estruturas opressivas e construir coletivamente o sentido da liberdade. Lago (2019) demonstra que redes de apoio de familiares de presos funcionam como espaços de resistência e cuidado, articulando afeto e insurgência contra a violência institucional. Klink (2024) amplia o debate ao mostrar que o confinamento ultrapassa os muros das prisões, afetando ritmos e tempos de familiares e egressos – o que exige estratégias abolicionistas que contemplem também dimensões extra prisionais.

Em conjunto, essas reflexões apontam que o abolicionismo penal, aliado à educação crítica e às práticas culturais, constitui não apenas uma alternativa ao cárcere, mas um projeto de reconfiguração radical das formas de vida e convivência social.

Conclusão

A literatura revisada indica que pedagogias libertárias no cárcere esbarram em limites estruturais persistentes e no paradoxo de afirmar liberdade em um dispositivo de contenção. Ainda assim, experiências pedagógico-artísticas abrem brechas de subjetivação quando sustentadas por autonomia, continuidade, coautoria e avaliação compartilhada. As condições de possibilidade

passam por tempo e espaço protegidos, pactos institucionais e formação docente específica para contextos de privação de liberdade. A ambivalência entre resistência e controle não desaparece, mas pode ser administrada por salvaguardas que diminuem o risco de captura. O papel da educação torna-se efetivamente emancipador quando articulado a agendas abolicionistas e a redes de cuidado extramuros, capazes de deslocar a centralidade da punição nas respostas sociais ao conflito. Em lugar de tornar a prisão educativa, trata-se de conectar práticas formativas a projetos de superação da lógica punitiva, orientados por justiça, reparação e participação.

Bibliografia

- ALVES, Jaime Amparo. **The Anti-Black City**: Police Terror and Black Urban Life in Brazil. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019.
- AMARAL, Marcela Verdade Costa. **Mundos fotografados e corpos narrados**: experiências de saúde por cinco mulheres que vivenciaram a prisão. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/d.5.2024.tde-28112024-175220.
- BATISTA, Nilo. **Matar, punir, humilhar**: pequeno tratado de violência institucional. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BERNARDO, Klebson Felismino; BORGES, Arleciane Emilia de Azevêdo; ARAÚJO, Kathy Souza Xavier de. A crise nos presídios brasileiros: contextualizando a educação carcerária. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 3, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13014.
- BRANDÃO, Sílvia. Fazer morrer, deixar morrer: das memórias que nos contam. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2021. DOI: 10.5016/ridh.v9i1.44.
- CONCEIÇÃO, Thiago Pirajira. Afrotempos: criação e deslocamentos em Mesa Farta, do grupo Pretagô (Porto Alegre, Brasil). **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2024. DOI: 10.1590/2237-2660131511vs01.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais**. Brasília, DF: CNJ, 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2017/02/b5718a7e7d-6f2edee274f93861747304.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Acesso à leitura ainda é restrito nas prisões, aponta Censo do CNJ**. Brasília, DF: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/acesso-a-leitura-ainda-e-restrito-nas-prisoas-aponta-censo-do-cnj/>. Acesso em: 5 dez. 2025.

- CUNHA, Manuela Ivone da. **Prisões na Europa**: espaços de exclusão, espaços de produção. Coimbra: Almedina, 2014.
- DAL BOSCO, Júlia Cerutti; BATISTA-SANTOS, Dalve. A leitura como prática emancipatória em contexto penitenciário: um estudo à luz da linguística aplicada. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e-53209, 2023.
- DAVIS, Angela. **Are Prisons Obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.
- DUARTE, Adriano. **A escuta como prática pedagógica**: fundamentos da pedagogia da liberdade. São Paulo: Cortez, 2020.
- FIGUEIRA, Sandra de Almeida; LEVY, Sofia Débora. Trauma e violência psicológica: a necessidade de atividades interdisciplinares nos espaços prisionais. In: FIGUEIRA, Sandra de Almeida *et al.* (orgs.). **Emancipação para além das grades**. Rio de Janeiro: Instituto Amendoeiras, 2023.p. 208-230.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Jan Clefferson Costa de. A vigente violência da versátil vigilância: contributos da ameaça panóptica para o racismo estrutural a partir de Michel Foucault e Achille Mbembe. **Griot: Revista de Filosofia, Amargosa**, v. 24, n. 2, p. 156-167, 2024. DOI: 10.31977/grirfi.v24i2.4806.
- FRIZZO, Guilherme Bruschi; MYCZKOWSKI, Rafael Schultz. Cartografia poética no ambiente escolar: ensino de arte na zona indiscernível. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 32., 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: IFCE, 2024.
- GAULÊS, Murilo Moraes *et al.* O dentro, o fora e o vão no meio: epistemologias libertárias e práticas cênicas abolicionistas. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 1-23, 2024. DOI: 10.5965/1414573101502024e0109.
- GILMORE, Ruth Wilson. **Golden Gulag**: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California. Berkeley: University of California Press, 2007.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. **The Undercommons**: Fugitive Planning & Black Study. New York: Minor Compositions, 2013.
- HOOKS, bell. **Teaching to Transgress**: Education as the Practice of Freedom. New York: Routledge, 1994.
- IRINEU, Bruna Andrade *et al.* Políticas da Vida: coproduções de saberes e resistências. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22, 2024. DOI: 10.29327/2410051.7.22-42.
- JESUS, Dagoberto Rosa de; GUEDES, Tayza Codina de Souza Medeiros. A educação libertadora em uma unidade socioeducativa de Mato Grosso. **Revista Alembra**, Confresa, v. 3, n. 6, p. 88-101, 2021. DOI: 10.47270/ra.2596-2671.2021.v3.n6.id1120.

- KLINK, Ana Clara. **“Um pé dentro, o outro fora”**: tempos, espaços e ritmos do confinamento extraprisional. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: 10.11606/d.8.2024.tde-05122024-151411.
- LAGO, Natália Bouças do. **Jornadas de visita e de luta**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/t.8.2019.tde-20122019-174339.
- LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta; BRAGA, Sandro. Sujeitos do Cárcere: nomeações e efeitos de sentido. **Signum**: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 22, n. 1, p. 67-87, 2019. DOI: 10.5433/2237-4876.2019v22n1p67.
- MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia**: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: 10.11606/d.8.2020.tde-19022021-174812.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MENDES, Valéria Monteiro. **Entre pontes, travessias e encruzilhadas**: corpos em tensão, inventando resistências e existências rizomáticas. 2020. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: 10.11606/t.6.2020.tde-15012021-165728.
- MONFORTE, Liz Sousa Castellar *et al.* Arte para ressignificar a vida: aulas de Arte no contexto socioeducativo de internação do Distrito Federal. **Cadernos RCC**, Brasília, DF, v. 8, n. 4, p. 120-131, 2021. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1264>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- NARVAES, Viviane Becker. Contribuições para uma história do teatro nas prisões do Brasil. **Urdimento**: Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 39, p. 1-29, 2020. DOI: 10.5965/14145731033920200101.
- OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; CAIMI, Cláudia Luiza. Heterotopias da escrita e deslocamentos do literário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, n. 59, e591, 2020. DOI: 10.1590/2316-4018591.
- PEREIRA, Antonio. Prática de EJA em prisões: um Prometeu acorrentado? **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 23-55, 2022. DOI: 10.14393/rep-2022-63462.
- PEREIRA, Pedro Bruno Lima. Entre o saber e o poder: Contribuições teóricas a uma educação libertadora. **Caderno Marista de Educação**, Porto Alegre, v. 14, e43313, 2023. DOI: 10.15448/2763-5929.2023.1.43313.
- PINTO, Monilson dos Santos. **A bananeira que sangra**: desobediência epistêmica, pedagogias e poéticas insurgentes nas aparições do Nego Fugido. 2021. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: 10.11606/t.27.2021.tde-27042022-114111.

- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.
- ROCHA, Maria de Lourdes Naylor. A dramaturgia da prisão em cena: um experimento teatral na Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro. **Urdimento**: Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 39, p. 1-27, 2020. DOI: 10.5965/14145731033920200115.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 26-72.
- SANTOS, Cira Maia C.; LIMA, Maria Margareth de; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em prisões – experiências pedagógicas no cárcere, um exercício de e para a liberdade. *In*: FIGUEIRA, Sandra de Almeida *et al.* (orgs.). **Emancipação para além das grades**. Rio de Janeiro: Instituto Amendozeiras, 2023. p. 184-207.
- SILVA, Daniel Lucas Pessoa de Oliveira; FREIRE, Katia Regina Lopes Costa. A educação prisional e o processo de ressocialização de indivíduos em privação de liberdade. **Saberes**: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação, Caicó, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2024. DOI: 10.21680/1984-3879.2024v24n1id35054.
- SILVA, Pedro Henrique Prado da. Pedro Baptista Matera: das agitações sindicais à fundação da Escola Operária 1º de Maio. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, e019011, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8653053.
- SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CALADO, Magna Kelly da Silva Sales. Discursividades, sujeitos e o sistema prisional: “pelo menos eles serviriam para alguma coisa antes de morrer”. **Traços de Linguagem**: Revista de Estudos Linguísticos, Cáceres, v. 7, n. 2, 2024. DOI: 10.30681/2594.9063.2023v7n2id12008.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SUZUKI, Clarissa Lopes. **Outras memórias, outras histórias**: contra colonialidade e o saber como construção coletiva e emancipatória na educação antirracista das artes. 2022. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/t.27.2022.tde-10012023-101813.
- TEDESCHI, Losandro Antonio; TEDESCHI, Sirley Lizott. A História das Mulheres (séc. XX - XXI): entre poder, resistência e subjetivação. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 508-529, 2019. DOI: 10.5965/2175180311262019508.
- TERRA, Lígia Machado *et al.* Decolonialidade e justiça restaurativa: diálogos e possibilidades. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 51, n. 1, p. 725-749, 2023. DOI: 10.14393/rfadir-51.1.2023.68411.725-749.
- TIBLE, Jean. **Pensar com o movimento**: ciência, política, insurreição. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2009.